

Evolução do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre sob o enfoque do trabalho decente

Trabalho decente é um conceito desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao final da década de 90, com vistas a contrarrestar a precarização das condições de inserção ocupacional e a elevação do desemprego decorrentes das mudanças no mundo do trabalho, em nível mundial, a partir do último quartel do século XX. O conceito está baseado em quatro pilares: (a) respeito às normas internacionais do trabalho; (b) promoção do emprego de qualidade; (c) extensão da proteção social; e (d) diálogo social. Tem, ainda, como elemento transversal, o combate a todas as formas de discriminação, tais como as de gênero, raça/cor e idade. Nesse sentido, a OIT propôs a Agenda do Trabalho Decente, assinada pelo Brasil em 2006, de acordo com a qual a promoção do trabalho decente deve ter um lugar central — e não residual — nas estratégias de desenvolvimento dos países.

Inserindo-se na discussão sobre o trabalho decente, que vem ocorrendo recentemente no País, tem-se como objetivo analisar indicadores de trabalho decente e sua evolução no período de 1993 a 2012, tomando como referência o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre. Considerando-se que o Brasil tem um mercado de trabalho ainda pouco estruturado, com baixa proteção social, busca-se contribuir para uma investigação preliminar dos déficits de trabalho decente na Região, com vistas a subsidiar ações e decisões políticas tomadas nesse âmbito. Os dados utilizados são provenientes da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), tendo-se como principais indicadores a taxa de participação, o desemprego, os rendimentos do trabalho e a proteção social. Os indicadores serão desagregados por sexo, idade e raça/etnia, a fim de se identificarem desigualdades e discriminações presentes no mercado de trabalho.

Em termos gerais, a análise dos dados indica que houve uma deterioração do mercado de trabalho no decorrer dos anos 90 — aumentando, portanto, o déficit de trabalho decente na RMPA — e uma melhora progressiva dos principais indicadores depois do ano 2000, principalmente a partir de 2004. Nesse sentido, o comportamento do mercado de trabalho refletiu e sofreu os impactos das conjunturas econômicas que marcaram as últimas duas décadas. No período mais recente, após a crise econômico-financeira mundial de 2008, embora as tendências evidenciadas não tenham sido revertidas, observa-se uma desaceleração daquela trajetória

mais favorável que o mercado de trabalho vinha apresentando.

Um primeiro indicador a ser analisado refere-se à taxa de participação, que indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais de idade — a População e Idade Ativa (PIA) — incorporadas ao mercado de trabalho, seja como ocupadas, seja como desempregadas, e está relacionada às oportunidades de trabalho e emprego. Examinando-se a taxa de participação total, constata-se que ela apresentou oscilações entre 1993 e 2012, situando-se no mesmo patamar, de 57,0%, nos pontos extremos do período. Enfocando a análise por gênero, os comportamentos foram opostos: a taxa de participação das mulheres tendeu a se elevar (passou de 44,5% da PIA feminina em 1993 para 49,4% em 2012), e, para os homens, a marca foi o declínio do indicador (recuou de 70,7% para 65,7% respectivamente). No recorte por idade, houve queda na taxa de participação, sendo mais expressiva para os jovens de 16 a 24 anos (70,3% em 1993 e 66,0% em 2012) do que para os adultos maiores de 24 anos (63,9% e 62,5% respectivamente).

O desemprego, por seu turno, é uma variável crucial para se apreender o déficit de trabalho decente, pois indica a falta de oportunidades de trabalho para a população que busca uma ocupação, com efeitos negativos sobre os trabalhadores.

A análise das taxas de desemprego revela um comportamento que acompanha as conjunturas econômicas ao longo do período em estudo: a taxa de desemprego total, na RMPA, tendeu a se elevar nos anos 90, mais precisamente na segunda metade da década, atingindo o pico em 1999 — 19,0% da População Economicamente Ativa (PEA) —, mostrando tendência declinante a partir de 2000, para todas as categorias de trabalhadores, e atingindo seu menor patamar em 2012 (7,0% da PEA). Nesse ano, o contingente em desemprego era de 133 mil pessoas. Considerando-se os segmentos de trabalhadores, as taxas de desemprego revelam traços já característicos: são mais elevadas entre os jovens (15,8%; adultos 4,9%, em 2012), os trabalhadores negros (10,5%; não negros 6,5%) e as mulheres (8,2%; homens 6,0%, em 2012). Quanto aos jovens, outro fator que os coloca em situação de maior vulnerabilidade é a elevada parcela que não estuda e também não tem um trabalho (11,2% em 2012). A redução observada nesse indicador ocorreu pelo declínio entre as mulheres, pois, para os homens jovens, houve elevação, situando-se em 7,5%, em 2012. É preocupante, pois, a aguda desfiliação institucional entre os jovens, expondo-os

a sérios riscos pela exclusão da escola e do mercado de trabalho.

A proteção social, por sua vez, é um dos pilares mais importantes do trabalho decente, na medida em que garante os direitos previstos na legislação trabalhista e previdenciária. A esse respeito, os dados mostram que 76,5% do total de ocupados tinha contribuição à Previdência Social em 1993, elevando-se para 80,2% em 2012. Ainda assim, uma parcela elevada permanecia em situação de vulnerabilidade (351 mil indivíduos) em 2012. Os níveis de proteção social apresentaram oscilações negativas nos anos 90, evidenciando uma precarização do trabalho, seguindo-se um movimento ascendente a partir do ano 2000, o que permitiu alcançar um patamar, ao final do período, um pouco superior ao inicialmente registrado. Destaque-se que os jovens, os negros e as mulheres eram os segmentos com maior grau de exclusão, mas apresentaram a ampliação da cobertura mais expressiva, no período (contribuíam à Previdência 72,0%, 77,9% e 79,9%, respectivamente, em 2012).

Os rendimentos provenientes do trabalho têm importância crucial para o trabalho decente pois são determinantes para a satisfação das necessidades e para o bem-estar do trabalhador e de sua família. As informações da PED-RMPA indicam que, em 2012, a renda média real do trabalho principal correspondia a R\$ 1.561 (10,6% acima do valor de 1993). No decorrer do período, houve elevação expressiva do valor real dos rendimentos após a implantação do Plano Real, de 19,0% entre 1994 e 1997 — este último ano foi o que apresentou o maior valor da série (R\$ 1.606). Entre 1998 e 2004, a trajetória foi de queda dos rendimentos reais,

seguindo-se uma recuperação lenta e continuada até o final do período, com ganhos da ordem de 18,0% entre 2004 e 2012, porém não suficientes para compensar as perdas havidas anteriormente. Verificou-se, ainda, que as mulheres e os negros, não obstante terem apresentado ganhos maiores, no período, percebiam rendimentos médios inferiores aos homens e aos não negros, revelando desigualdades presentes no mercado de trabalho.

Concluindo, constata-se que o mercado de trabalho teve mudanças importantes no período, e o comportamento mais favorável a partir de 2000 vem atendendo aos objetivos de promoção do trabalho decente: queda do desemprego e aumento da proteção social e dos rendimentos médios reais. Ademais, o fato de esses aumentos terem sido maiores para os grupos mais vulneráveis atenua as desigualdades de gênero e raça/cor. Todavia, permanecem déficits de trabalho decente (elevado desemprego para certos segmentos, proteção social não universalizada e desigualdades de gênero e raça/cor), colocando desafios às políticas públicas de trabalho e renda. No equacionamento dos problemas que persistem, é imprescindível que se coloque como fator indissociável do conceito de trabalho decente a centralidade do trabalho, não obstante as reconfigurações de que ele tem sido alvo, pois, nos dias atuais, persiste o elo entre trabalho produtivo e cidadania, que se alçou como característica da sociedade capitalista no século XX. Por conseguinte, garantir e ampliar possibilidades de inclusão social pela via do trabalho coloca-se como imperativo nas discussões e as ações voltadas ao âmbito do trabalho.

Indicadores de trabalho decente na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2012

INDICADOR	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Emprego																				
Taxa de participação (%)	57,0	54,9	55,6	54,6	54,0	56,7	58,3	58,9	58,6	57,5	57,9	57,9	57,4	56,8	56,9	58,7	58,1	57,7	57,1	57,0
Mulheres	44,5	42,5	43,9	43,0	42,3	46,1	49,0	49,7	49,6	49,3	49,1	49,8	49,3	49,0	49,0	51,4	50,7	50,0	49,3	49,4
Homens	70,7	68,5	68,4	67,3	67,1	68,4	68,6	69,2	68,5	66,7	67,8	66,8	66,4	65,5	65,8	66,9	66,5	66,4	65,9	65,7
Taxa de desemprego (%)	12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	15,9	19,0	16,6	14,9	15,3	16,7	15,9	14,5	14,3	12,9	11,2	11,1	8,7	7,3	7,0
Mulheres	14,3	13,2	12,9	14,1	15,1	18,6	21,9	19,6	18,2	17,9	20,2	19,1	17,6	16,9	16,0	13,9	13,5	10,6	8,7	8,2
Homens	10,7	10,0	9,2	12,4	12,3	13,7	16,7	14,2	12,3	13,1	13,9	13,1	11,9	12,0	10,2	8,8	9,1	7,1	6,2	6,0
Desemprego dos jovens (16 a 24 anos) (%)	21,4	20,4	19,3	23,0	23,4	27,1	31,3	28,8	27,5	26,9	29,9	29,3	26,3	27,0	24,7	22,5	23,2	18,3	15,9	15,8
Rendimento médio real (R\$)	1.411	1.349	1.467	1.579	1.606	1.573	1.522	1.526	1.476	1.457	1.327	1.323	1.340	1.352	1.385	1.420	1.466	1.526	1.551	1.561
Segurança e proteção social																				
Contribuição à Previdência Social (%)	76,5	75,7	74,2	73,8	75,4	72,8	70,7	69,5	70,0	70,0	69,7	70,5	72,5	72,9	72,5	73,2	75,0	76,9	79,4	80,2
Jovens (16 a 24 anos) que não estudam e não trabalham (%)	15,0	16,0	15,4	13,8	14,0	13,1	11,5	11,1	12,0	11,7	11,3	10,6	10,4	10,7	10,7	10,5	10,4	11,2	10,4	11,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.
NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de nov./12.

Miriam De Toni
Socióloga, Pesquisadora da FEE